



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

RACISMO E EDUCAÇÃO: REVISANDO MATERIAIS E SABERES POR UMA NOVA RACIONALIDADE

Autor: Raphael Luiz Silva da Costa

Graduado em Geografia FFP/UERJ

lcraphael@hotmail.com

César Augusto Caldas

Mestrando em Educação UNIRIO

cesaracsantos@yahoo.com.br

Flávio Guimarães Diniz

Pós graduando em Educação básica em ensino de Geografia UERJ

flaviaogeo@ig.com.br

Gabriella dos Santos Pedrosa

Residente em Saúde Pública UNIRIO

gabipedrosa@hotmail.com

Introdução

O preconceito racial se faz presente em nossa sociedade assumindo diversos formatos. Um deles, e talvez o mais perverso, pois atinge diretamente as crianças e os jovens, é o racismo no mundo da educação. Muitos movimentos sociais brasileiros, e em destaque o Movimento Negro do Brasil, há tempos reivindicam o fim das diversas atividades racistas em nossa sociedade sendo a lei 10639/03 uma das materializações destas lutas.

Com base na lei 10639/03 buscamos, neste trabalho, abrir discussões a respeito de como os indivíduos negros são representados nos livros didáticos de Geografia mais utilizados nas redes públicas e privadas de ensino do Brasil. Vale ressaltar que as obras analisadas são, especificamente, do segmento do ensino fundamental.

As análises se deram a partir de duas principais chaves: quantitativa e qualitativa, em relação a quaisquer tipos de representações gráficas e conteúdos. Não obstante há pertinência no seguinte questionamento: Existe nos livros didáticos de Geografia, História ou qualquer outra disciplina escolar, alguma representação de negros atendendo as demandas da Lei 10639/03?

No escopo deste ordenamento jurídico explicita-se a obrigatoriedade do ensino, na educação de nível básico, da história da África e dos africanos bem como da cultura afro-brasileira. Também está presente, como demanda na aplicação de conteúdos, as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

diversas contribuições dos negros para a formação da cultura nacional brasileira bem como a formação e organização social do Brasil. O texto da Lei trata também da obrigatoriedade do ensino da cultura negra e suas contribuições para formação do pensamento social, político e econômicos nacionais.

Para iniciar qualquer tipo de análise, consideramos importante, primeiramente, discutir a origem do racismo e também como o conceito de raça influencia nas relações sociais na contemporaneidade. Discutir as diferentes formas em que o racismo, e suas diversas modalidades, se apresentam na sociedade brasileira se faz necessário para se entender o racismo qualificado nos livros didáticos e na educação. O mais importante é observar o fenômeno da raça como regulador das relações sociais.

Outras perspectivas por nós discutidas e que se fazem presentes diretamente em nossas análises foi o exercício de compreensão da maneira com que os conceitos de colonialidades interferem no reconhecimento do sujeito negro na sociedade brasileira bem como no mundo como um todo. A colonialidade que buscamos tratar aqui é o modo no qual nós, quanto indivíduos, temos em relação às diversas visões de mundo passados através da educação ou da mídia, onde o ponto de partida para essas visões centram-se pelo viés eurocentrado.

Tanto no passado como nos dias atuais o pensamento hegemônico eurocentrado nos serviu, unicamente, como molde para formar nosso modo de ser, enxergar, pensar, agir e posicionar-se no mundo. Para isso a educação foi, e continua sendo, usada como instrumento destes pensamentos e para a manutenção de agentes hegemônicos que beneficiam os países “centrais” para que continuemos a ser “periferias” destes, como por exemplo, acontece na chamada “Divisão Internacional do Trabalho”.

Raça enquanto constructo social e regulador das relações sociais

O conceito de raça, inicialmente inventando para acentuar a distinção entre os grupos de indivíduos, foi idealizado e inclinado para diversos fins econômicos e sociais. Uma das principais finalidades, além da hierarquização de indivíduos em detrimento de outros, foi de servir como base ideológica voltada para a exploração.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A base ideológica, que tem o conceito de raça como guia, está intimamente relacionada com as potencialidades, e as limitações, sejam elas de natureza física ou intelectual apoiadas pelo dito conhecimento científico eurocêntrico a partir de um discurso biológico.

O que vale ser discutido é a raça quanto fator de regulação social e das relações sociais. É imprescindível a desassociação destes conceitos embasados puramente nas teorias científicas que explicitamos anteriormente, visto que os mesmos se encontram já superados pela própria biologia como vemos em Quijano (2007, pág 45)

“... Se mostra, portanto profunda, perdurável e virtualmente universal a admissão de que “raça” é um fenômeno da biologia humana que tem implicações necessárias na história natural da espécie e, em consequência, na história das relações de poder entre as pessoas. Nisto se radica, sem dúvidas, a excepcional eficácia deste moderno instrumento de dominação social. Não obstante, trata-se de um evidente constructo ideológico que não tem, literalmente, nada a ver com nada na estrutura biológica da espécie humana e tudo a ver, por outro lado, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado...”

Para um melhor entendimento buscamos exemplificar tais concepções, ainda em Quijano (2007, pág 46), que nos auxilia a compreender a fragilidade da noção biológica da “raça”, ao compará-la à construção da idéia de “gênero”, que segundo ele:

“... é um constructo mental fundado nas diferenças sexuais, que expressa as relações patriarcais de dominação e que serve para legitimá-las. E alguns propõem agora que, analogamente, há que se pensar também a ‘raça’ como outro constructo mental, esse fundado nas diferenças de “cor”. Assim, “sexo” está para “gênero” assim como “cor” estaria para a “raça”. Entre ambas as equações existe, sem embargo, uma inescapável diferença: a primeira delas tem lugar na realidade; a segunda, em absoluto...”

E continua:

“... nas relações entre “cor” e “raça”. Antes de tudo, é fundamental abrir de par em par a questão do termo “cor” enquanto algo que se refere às características das pessoas. A própria idéia de “cor” nesta relação é um constructo mental. Se é dito que há “cores” políticas (“vermelhos”, “negros”, “brancos”), todo mundo está, presumivelmente, disposto a pensá-lo como uma metáfora. Mas, curiosamente, não ocorre assim quando se diz que alguém é da “raça branca”, ou “negra”, “índia”, “pele vermelha” ou “amarela”! Mais curiosamente ainda, poucos pensam espontaneamente que se requer uma total deformação do olhar para admitir que “branco” (ou “amarelo” ou “vermelho”) possa ser a cor de uma pele em algum sentido.”

A dualidade entre raça e cor é amplamente requisitada nestas questões para a formação de identidades baseadas nas questões geoculturais. O conceito de raça pelo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pertencimento/origem de um determinado espaço geográfico também pode ser apreciado pelo viés do constructo imaginário para o reforço do pensamento colonial do poder de um grupo social em relação ao outro. A esse respeito, as relações de poder se dão em diferentes escalas: como por exemplo, o eurocentramento do poder mundial pela hierarquia dos povos brancos oriundos da eurásia ou da mais comumente conhecida Europa.

Para o reforço destas idéias nos apoiamos nos apontamentos de Grosfoguel (2005, pág 2):

“...La noción de “europeo” nombra una localización de poder en la jerarquía etno-racial global. Por eso “europeo” aquí se refiere no solo a las poblaciones de Europa, sino también a las poblaciones de origen europeo en todas partes del mundo que gozan de los privilegios de la supremacía blanca en relación a poblaciones de origen no-europeo. Me refiero por “europeos” a euro-norteamericanos, euro-latinoamericanos, euro-australianos, etc.”

A partir disto as sociedades, divididas escalarmente, têm na cor da pele de seus componentes, na questão da geograficidade, da historicidade, e na argumentação baseada no cientificismo os instrumentos para a materialização e utilidade do racismo, “embranquecida” e desenvolvida ao passo de sua aproximação ao padrão europeu de organização social que serve de exemplo para as demais.

Após tais apontamentos consideramos importante discutir as questões relativas ao eurocentrismo e suas implicações: as colonialidades.

Tensionamentos entre colonialidades, modernidade, visões de mundo e eurocentrismo

A Educação, as Ciências Sociais, a História bem como a Geografia exercem fundamental importância no fornecimento, aos indivíduos, de apontamentos suficientes para que este possa conhecer o mundo e consecutivamente tomar posição neste. O exercício da colonialidade do saber torna essa função perigosa quando o que se ensina está carregado de informações ou visões de mundo com particularidades que atendem a determinados grupos hegemônicos. Falar de colonialidade, de certa forma, é retomar as tendências eurocêtricas que temos de pensar e organizar o mundo.

A partir do eurocentramento nascem as colonialidades. Estas se dão na intenção de formar padrões de organizações políticas, sociais, econômicas, intelectuais e de comportamento. Estes padrões estão enraizados em moldes capitalistas,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

coloniais/modernos, heterossexuais e principalmente brancos como vemos em Quijano (2005, pág 115):

“... Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes da metade do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América...”

Entendemos colonialidade por uma forma de pensar, enxergar e posicionar-se no mundo a partir de um ponto, ou “centro” onde este ponto ou “centro” está inclinado, diretamente, à Europa. Esta é o centro do mundo enquanto a América Latina, África e a Ásia são apenas a periferia.

Inúmeros são os meios de dominação de um grupo em relação a outro, contudo, a mais eficaz, quando a coerção por meio da violência não dá conta, se dá por base do convencimento ideológico, onde então entra o pensamento colonial ou moderno.

Comumente contamos nossa história e dos demais países “periféricos” partir de seus contatos com alguns povos europeus que buscavam novas fontes de matérias-primas e força de trabalho para seu crescente processo de industrialização no advento do capitalismo. Neste ponto, por exemplo, as idéias religiosas européias se difundiram de forma eficaz a convencer os “nativos” das novas terras o modo no qual os povos europeus operavam, e ainda operam sua relação com a natureza.

O homem moderno enxerga a natureza como recurso para as suas relações capitalistas e de consumo. O pensamento filosófico do antropocentrismo, base teórica para revoluções burguesas assim como ocorreu na França, coloca o homem acima da natureza, sendo esta um recurso do homem.

A relação que o homem moderno estabelece com a natureza se dá de forma diferente da que os povos explorados, como por exemplo, as diversas sociedades ameríndias, exerciam. A base para a reprodução do sistema de acumulação capitalista desenvolveu-se através do barateamento dos meios de produção, incluindo as matérias-



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

primas necessárias e a força de trabalho empregada para tal, portanto, a exploração de recursos naturais, de outros lugares que não a Europa se fez necessária.

É preciso destacar que as relações hierárquicas de exploração entre o “centro” e as “periferias” não se davam de forma pacífica. Os povos ameríndios bem como os povos africanos, por exemplo, resistiram e ainda resistem às diversas formas de dominação por eles sofridas. Essas formas de resistência se davam além da força física, através do sincretismo religioso, manifestações culturais ou através do acomodamento lingüístico. Contudo, foi inevitável a sobreposição do conhecimento baseado no cientificismo europeu em relação às práticas e saberes tradicionais destes povos. Hoje tal conjunto de conhecimento, inferiorizado por não adequar-se aos métodos e técnicas da científicas, não possuem seu real valor.

O pior ainda acontece, no exercício da colonização dos saberes, quando estes são expropriados pelos exploradores europeus e por estes patenteados, negando ao mundo a real fonte de tal prática ou sabedoria.

De certa forma o conhecimento, dito, científico desenvolvido na Europa se sobrepôs aos saberes dos chamados povos tradicionais. É preciso pensar na ciência como a conhecemos hoje como ferramenta neste processo que chamamos de projeto de modernidade. Denominar esses conhecimentos como tradicionais já é uma forma de inferiorizar, quanto a importância, esses saberes em relação ao positivismo do conhecimento técnico - científico. Como forma de exploração muitos conhecimentos medicinais indígenas foram incorporados ao dito conhecimento medicinal científico europeu. Bases cartográficas e formas de orientação no espaço e no tempo foram expropriadas e patenteadas pelos exploradores europeus.

Essas considerações acerca do pensamento colonial se fazem importantes para entendermos o racismo como forma de dominação de um grupo social perante o outro na modernidade. Sendo a raça conceito inventado, e esta produto do pensamento colonial, esta deu origem a hierarquização das pessoas bem como serviu de argumentação para a exploração delas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O fato de um indivíduo caracterizar o outro e assim nomeá-lo, configura-se, em diversas escalas, uma relação de poder. A partir da racionalidade dos povos europeus, com sua sistematização da história humana através da linearidade, nomeando e classificando as diversas organizações sociais existentes, com o intuito de criar distinções entre estas e desta forma os posicionam nos meios de produção e organização de sociedades geraram raças distintas dando início, assim ao novo processo de hierarquização dos povos por sua raça/lugar de origem.

Para ir de encontro às estas idéias acreditamos que a educação tem fundamental importância neste processo de ruptura do modo de pensar e ser colonizado. O que se percebe é o crescimento do modelo universalista destas reproduções de modo de vida e participação no mundo que tem como base os interesses capitalistas eurocentrados.

A partir disto vejamos agora, através de uma óptica analítica destes apontamentos, como podemos observar a manutenção destes conceitos ainda presentes em nossa sociedade, através da educação, suas práticas e saberes e principalmente materiais.

Analisando os livros didáticos escolares de ciências humanas: a (des)representação dos negros

Os livros que convencionamos submeter às análises são os da coleção Projeto Araribá de Geografia. Tal coleção foi escalada por conta do grande consumo desta nas diversas redes públicas e privadas de todo o Brasil.

Vale lembrar que nossas análises se deram em dois principais âmbitos: quantitativo e qualitativo. Na análise quantitativa focamos na questão das imagens - Observamos quantas são as representações gráficas referentes a indivíduos negros nestas obras. Já a análise qualitativa se deu a partir de observações das condições e contextos dos conteúdos e imagens de negros nas obras.

A importância do uso de imagens, principalmente na educação, vem sendo observada há tempos. Através das imagens tanto alunos quanto professores podem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

discutir a respeito de diversos assuntos, inclusive as questões raciais em sala de aula. Percebe-se que existem grandes relações de poder e políticas inseridas nas imagens escolhidas para comporem estas obras, no sentido de quem optou por colocar tais imagens a respeito, por exemplo, sobre os diferentes povos do mundo possui certa visão sobre este assunto e passará adiante sua visão sobre o mesmo através das imagens escolhidas. Através disso, visões de mundo vão sendo forçadas aos educandos através de materiais didáticos.

A ação de classificar os sujeitos representados nos livros, levando-se em consideração a relação entre grupos raciais e categorias cromáticas (branco, preto, amarelo, p. ex.), mostra-se bastante complexa. Algo que no cotidiano se mostra tão flutuante nos livros didáticos é também motivo de intensas reflexões.

Por questões metodológicas definimos a classificação racial respeitando os padrões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que assim divide os seguintes grupos cromático-raciais: Pretos, Pardos, Brancos, Indígenas e Amarelos.

Após definirmos as características cromáticas, outras questões vieram à tona. A primeira é que algumas figuras aparecem em preto e branco e em outras a distância e a iluminação prejudica a identificação cromática das pessoas ou da pessoa presente nas imagens - neste caso, as classificamos como sendo de “Difícil Identificação”.

O segundo questionamento foi que em algumas imagens apresentadas pelos livros percebemos a presença de pessoas de características cromáticas diferentes, brancos e negros dividindo a mesma figura. Neste caso criamos outra categoria analítica que é a “Imagem Compartilhada”.

O processo classificatório apresenta-se em alta complexidade quando começam as tentativas de definição das categorias intermediárias, ou seja, qual a fronteira que separa o preto e o pardo? Essa confusão se torna presente porque os campos da classificação racial não operam sozinhos. E é justamente essa operação em conjunto que tornará fluida essa classificação. Essa fluidez classificatória será caracterizada também pelos diferentes posicionamentos dos pesquisadores, inclusive. Uma hora o indivíduo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pode ser classificado como preto, dependendo da situação em que ele se encontra na imagem, ou pode ser visto como pardo, ou qualquer outra classificação.

Coleção “Projeto Araribá”

A coleção Projeto Araribá, da editora Moderna, não possui um ou dois autores como geralmente se observa e sim se trata de uma obra coletiva onde diversos profissionais, graduados ou não nas disciplinas específicas dos livros em questão, participaram de sua confecção.

Vale lembrar que a coleção Projeto Araribá foi indicada nos PNLD's (Programa Nacional dos Livros Didáticos) para os anos de 2008, 2009, 2010 e mais recentemente para o ano de 2011. A partir de nossas visualizações chegamos aos seguintes resultados:

Tabela.1 Quadro quantitativo imagens por ano/ série Coleção Projeto Araribá

Ano/Série	6º ano/ 5ª série	7º ano/ 6 série	8º ano/ 7 série	9º ano/ 8ª série
Pretos	5	5	10	20
Pardos	4	3	2	12
Branco	58	51	63	103
Amarelos	3	0	2	8
Indígenas	2	4	8	0
Difícil Identificação	13	9	15	12
Imagem Compartilhada	5	17	4	4
Total	90	89	104	159

Fonte: Caldas, César e Costa, Raphael

Estes resultados nos mostram que a categoria cromática-racial com esmagadora maioria de representações são de indivíduos brancos. A segunda categoria mais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

representada é de sujeitos pretos, contudo a relação entre brancos e pretos chega a ser, em alguns eventos, na proporção de 10 para 1.

Percebeu-se também, que no último livro da coleção, ou seja, na obra de 9º ano a representação de pretos subiu quaduplicando seu quantitativo em relação ao 6º ano, entretanto para manter a relação entre as categorias brancos e pretos, o número de representações de indivíduos de cor-raça branca subiu mantendo a média de proporção entre estes indivíduos.

No tocante a média de grafagens nos livros didáticos destas populações a relação entre estes mostrou-se quase de sete vezes mais de brancos em relação à pessoas pretas. A discrepância entre as representações são grandes.

Buscando mostrar através de outra forma podemos utilizar os dados da obra do 6º ano. A porcentagem de indivíduos pretos não ultrapassa 5,5% do total de imagens enquanto indivíduos brancos aparecem em 64,4% ou seja, mais que o dobro do total de ilustrações deste livro.

Enquanto que na análise quantitativa buscamos apontar o número de vezes que a presença de pretos e pardos aparece de forma explícita nas imagens dos livros didáticos em comparação com os demais grupos cromáticos, na análise qualitativa procuramos verificar a forma como pretos e pardos são retratados nessas imagens dos livros. Grosso modo, o resultado do que encontramos até o momento foi o seguinte:

A quase ausência da família composta por pretos e pardos. As poucas vezes que aparecem nota-se a ausência ou da figura paterna ou da figura materna, ou seja, são desestruturadas segundo o padrão hegemônico do que é a família, além de que, neste caso, a instituição aparece associada a outros fatores: não são apenas famílias compostas por negros, são famílias “miseráveis” em espaços “miseráveis”.

Crianças pretas e pardas expostas em situações degradantes. Sua condição social fica estampada nos semblantes, não se vê um sorriso nos rostos dessas crianças, apresentam feições duras ou de tristeza. Os momentos de lazer (restrito às crianças



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

brancas) são substituídos pelo trabalho, sendo comum também imagens de crianças em campo de refugiados no continente africano e favelas no continente americano.

Na esfera do trabalho os pretos e os pardos aparecem executando tarefas que exijam menor ou nenhuma qualificação. Seria injusto não apontar a existência de imagens de brancos executando tarefas pesadas, no entanto, em menor número, mas não há nenhuma imagem que relacione os indivíduos pretos ou pardos executando trabalho técnico e especializado.

Importante colocar que o número de imagens referentes ao trabalho escravo, nos livros de Geografia, surpreende pela quantidade. Não seria tão espantoso se os exemplares estudados fossem de História. No entanto, as obras de Debret e Rugendas e outros artistas, aparecem com frequência como que para convencer um grupo de sua condição subalterna. Ainda que tais imagens nos permitam lembrar que essa forma de controle de trabalho foi superada – a escravidão -, o discurso omite outras formas de exploração que tomaram o seu lugar.

Tais imagens aparecem com maior frequência em determinados conteúdos, principalmente os do 7º ano, que enfatiza a Geografia do Brasil, relacionando o negro ao passado, ao período escravista. Se associarmos estas imagens (do passado) àquelas que apresentam os pretos e pardos executando atualmente tarefas mais tradicionais, como artesanato e pecuária, percebe-se que este grupo é apresentado como anacrônico, ou seja, fora do tempo presente, incapaz de acompanhar a evolução das técnicas e tecnologias de trabalho.

É bem fácil apontar os conteúdos onde as imagens apresentando pretos e pardos aparecem com mais frequência: são aqueles ligados a África, os assuntos que enfatizam miséria, fome, pobreza e, quando o conteúdo é Europa, é comum encontrarmos imagens de imigrantes africanos ilegais, invisibilizando a tentativa de outros grupos como turcos, latinos e asiáticos que também tentam ingressar de forma ilegal no continente.

Ao omitir as informações acerca dos processos que conduziram a maioria dos negros às condições sócio-econômicas que se encontram hoje, o livro didático sugere essa situação de miséria como algo natural. Induz à crença na naturalização da pobreza



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

dos negros, de sua limitação profissional, de sua incapacidade de sair da situação crítica em que se encontra. A naturalização sufoca qualquer questionamento ou possibilidade de reversão do quadro por estes próprios atores, uma vez que sugere que sua incompetência é nata.

Os livros didáticos do sexto ano (quinta série), no capítulo referente a formação do planeta, costumam colocar figuras para ilustrar os fatos ocorridos durante as eras geológicas. Quando apontam para o surgimento do homem colocam como exemplo um ser humano de cor branca, quando se sabe que os primeiros de nossa espécie, surgiram na África e tinham a pele negra. Dentro do mesmo conteúdo, nas ilustrações que apresentam a evolução das técnicas de trabalho percebe-se um “clareamento” da cutis do indivíduo a medida que tais técnicas vão evoluindo.

Os espaços de maioria negra são pouco citados. A existência de comunidades remanescentes de quilombos ainda surpreende algumas pessoas, pois os livros didáticos de Geografia vêm ocultando este fato, assim como ocultam que na maioria dos espaços marginalizados (favelas, presídios etc) o número de negros é maior que o número de brancos.

São temas polêmicos que os livros didáticos preferem se esquivar, evitando discussões e debates sobre a temática.

Alguns livros didáticos até tentam levantar a questão contra o racismo, levando o leitor desavisado a crer que tem nele um eficiente instrumento no combate à discriminação. Utilizando, porém, os métodos que listamos acima, podemos perceber que há uma distância entre o discurso igualitário e a discriminação quase implícita no material. Não há coerência entre o que dizem abertamente sobre os negros e o que manifestam (inconscientemente?) nas imagens e nos textos sobre este grupo. Esta incoerência é também uma característica dos livros didáticos de Geografia da coleção analisada.

Conclusão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Sabemos que mesmo que a Lei 10639 seja uma realidade e configure uma vitória da sociedade brasileira contra o racismo ela por si só não dará conta de cumprir seu papel social. É preciso que os reais implementadores desta lei, ou seja, os professores estejam preparados e motivados para que se faça valer efetivamente esse movimento de desconstrução deste conhecimento escolar, muitas vezes racista, de que os educandos brasileiros são alvos.

Através de nossas análises podemos constatar que o aluno negro pouco se vê nos livros didáticos e quando isto ocorre, na maioria das oportunidades, ele encontra conteúdos onde pretos e pardos se apresentam de forma estereotipada.

Rever as imagens também é de suma importância, pois elas fornecem referenciais de construção de subjetividades para os educandos, bem como, é preciso que se analisem quais termos são usados para retratar os negros e suas contribuições em diversos níveis da sociedade como, por exemplo: cultura e história do Brasil.

Os livros didáticos são hoje uma das articulações para a manutenção da sociedade racista em que vivemos, embora muitos ainda considerem que o racismo não se faz presente em nossa realidade. Mais importante que inserir novos conteúdos se faz urgente a prática da revisão dos que já são ministrados, pois esses são os que reforçam nossas concepções de mundo. E, através delas, que tipo de sujeitos sociais seremos. O ensino crítico das disciplinas escolares pode ser uma das ferramentas para alcançarmos esses fins.

Precisamos buscar novas interpretações da Lei 10639/03 e inseri-las em uma nova forma de ensinar. Consideramos que a Geografia pode criar subsídios para a desconstrução dos estereótipos que são atribuídos aos negros e ao continente africano e com isso orientarem aos educandos a entender as complexidades das diversas visões de mundo bem como ajudá-los em suas percepções e formação de pensamento crítico em relação às desigualdades raciais e o racismo, como também auxiliá-los na sua forma de posicionar-se e enxergar o mundo.

Com esse trabalho não buscamos somente apontar as diferenças entre negros e brancos na sociedade e no mundo da educação. Buscamos, aqui, abrir a discussão da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

realidade que é presente e cruel. Acreditamos que desconstruindo velhos preconceitos e estereótipos, a começar pelo mundo da educação incluindo os livros didáticos, as diferenças que aqui não queremos negar, e sim reforçar, poderão conviver tornando a sociedade menos desigual e injusta.

Referências

Brasil, *Lei n. 10.639* – 09 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

Guia de Livros Didáticos: PNLD 2011: Geografia. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

Grosfoguel, Ramón. Descolonizando los paradigmas de la economía-política: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. 2005, Disponível em: http://www.grupalfa.com.br/arquivos/Congresso_trabalhosII/palestras/Ramon.pdf

Lander, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Projeto Araribá: Geografia: Ensino Fundamental/Obra Coletiva Concebida, Desenvolvida e Produzida pela Editora Moderna. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2007.

Quijano, Aníbal. “O que é essa tal de raça?”. In: Santos, Renato Emerson dos. *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007.p.43-51

_____. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Lander, Edgardo (Org.) *A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Santos, Boaventura de Souza. O fim das descobertas imperiais. In OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (Orgs.) *Redes culturais: diversidade e educação.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002

Santos, Cesar Augusto Caldas dos. Novas manifestações de racismo no livro didático de Geografia do Ensino Fundamental. São Gonçalo: FFP/UERJ, Monografia apresentada ao curso de pós-graduação *latu sensu* em Ensino de Geografia. 2008.

Sansone, Lívio. “Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda”. In: *Afro-Ásia*, n. 18, 1996, Salvador, p. 165-188.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Wallerstein, Immanuel. O Universalismo Europeu. A Retórica do Poder. São Paulo: Boitempo, 2007.